

Demonstrações Contábeis

STN - Sistema de Transmissão Nordeste S.A.

31 de dezembro de 2020
com Relatório do Auditor Independente

STN – Sistema de Transmissão Nordeste S.A.

Demonstrações contábeis

31 de dezembro de 2020

Índice

Relatório do auditor independente	1
Demonstrações contábeis auditadas	
Balanço patrimonial	4
Demonstração do resultado	6
Demonstração do resultado abrangente	7
Demonstração das mutações do patrimônio líquido.....	8
Demonstração do fluxo de caixa.....	9
Notas explicativas às demonstrações contábeis.....	10



Centro Empresarial Queiroz Galvão - Torre Cícero Dias
Rua Padre Carapuço, 858
8º andar, Boa Viagem
51020-280 - Recife - PE - Brasil

Tel: +55 81 3201-4800
Fax: +55 81 3201-4819
ey.com.br

Relatório do auditor independente sobre as demonstrações contábeis

Aos
Acionistas, Conselheiros e Diretores da
STN – Sistema de Transmissão Nordeste S.A.
Recife - PE

Opinião

Examinamos as demonstrações contábeis da STN – Sistema de Transmissão Nordeste S.A. (Companhia), que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2020 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo o resumo das principais políticas contábeis.

Em nossa opinião, as demonstrações contábeis acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da Companhia em 31 de dezembro de 2020, o desempenho de suas operações e os seus respectivos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil.

Base para opinião

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir, intitulada “Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis”. Somos independentes em relação à Companhia, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Responsabilidades da administração e da governança pelas demonstrações contábeis

A administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações contábeis de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações contábeis livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações contábeis, a administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Companhia continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações contábeis, a não ser que a administração pretenda liquidar a Companhia, cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Os responsáveis pela governança da Companhia são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações contábeis.

Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações contábeis, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detecta as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações contábeis.

Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantivemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações contábeis, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtivemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.
- Obtivemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas, não, com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Companhia.
- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração.
- Concluimos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Companhia. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações contábeis ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Companhia a não mais se manterem em continuidade operacional.



- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações contábeis, inclusive as divulgações e se as demonstrações contábeis representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.

Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance da época dos trabalhos de auditoria planejados e das constatações significativas de auditoria, inclusive as deficiências significativas nos controles internos que eventualmente tenham sido identificadas durante nossos trabalhos.

Recife, 12 de março de 2021.

ERNST & YOUNG
Auditores Independentes S.S.
CRC-2SP015199/O-6

A handwritten signature in black ink, which appears to read 'Francisco da Silva Pimentel', is written over a horizontal line.

Francisco da Silva Pimentel
Contador CRC-1SP171230/O-7-T-PE

STN – Sistema de Transmissão Nordeste S.A.

Balanço patrimonial

31 de dezembro de 2020

(Valores expressos em milhares de reais)

	Notas	2020	2019
Ativo			
Circulante			
Caixa e equivalentes de caixa	4	60.632	73.943
Concessionária e permissionárias	5	16.399	20.000
Concessionária e permissionárias - partes relacionadas	5 e 11	387	561
Ativo de concessão	6	91.603	125.253
Imposto de renda e contribuição social a recuperar		5.147	5.164
Outros tributos a recuperar		2.625	1.664
Serviços em curso		7.402	4.251
Outros ativos		2.332	1.311
Total do ativo circulante		186.527	232.147
Não circulante			
Aplicações financeiras		28	28
Caixa restrito		-	8.880
Depósitos judiciais		714	714
Concessionárias e permissionárias - outros créditos	5	1.693	1.693
Ativo de concessão	6	497.995	440.143
Imobilizado		517	358
Intangível		-	159
Total do ativo não circulante		500.947	451.975
Total do ativo		687.474	684.122

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis.

	Notas	2020	2019
Passivo			
Circulante			
Fornecedores		830	1.039
Empréstimos e financiamentos		-	23.760
Debêntures		-	17.953
Taxas regulamentares e setoriais	8	6.841	6.150
Imposto de renda e contribuição social a recolher		7.656	2.159
Outros tributos a recolher		676	988
Outras obrigações		3.714	3.128
Total do passivo circulante		19.717	55.177
Não circulante			
Empréstimos e financiamentos		-	53.096
Imposto de renda e contribuição social diferidos	7	97.954	82.994
PIS e Cofins diferidos		21.602	20.826
Encargos regulatórios diferidos		17.819	17.117
Provisão para contingências	9	876	876
Outras obrigações		848	1.764
Total do passivo não circulante		139.099	176.673
Patrimônio líquido	10		
Capital social		374.447	355.746
Reservas de lucros		154.211	96.526
Total do patrimônio líquido		528.658	452.272
Total do passivo e patrimônio líquido		687.474	684.122

STN – Sistema de Transmissão Nordeste S.A.

Demonstração do resultado
Exercício findo em 31 de dezembro de 2020
(Valores expressos em milhares de reais)

	Notas	2020	2019
Receita operacional líquida	12	189.086	117.392
Custos de operação	13	(11.970)	(14.353)
Lucro bruto		177.116	103.039
Despesas operacionais, líquidas	13		
Administrativas e gerais		(3.298)	(3.412)
Pessoal		(3.177)	(3.107)
Honorários da diretoria e conselho de administração		(3.132)	(2.985)
Outras receitas, líquidas		-	25
		(9.607)	(9.479)
Lucro antes do resultado financeiro		167.509	93.560
Receitas financeiras		2.172	3.163
Despesas financeiras		(3.424)	(10.361)
Resultado financeiro	14	(1.252)	(7.198)
Lucro antes dos impostos		166.257	86.362
Imposto de renda e contribuição social			
Corrente	15	(15.862)	(7.446)
Diferido	7	(14.959)	(2.458)
		(30.821)	(9.904)
Lucro líquido do exercício		135.436	76.458

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis.

STN – Sistema de Transmissão Nordeste S.A.

Demonstração do resultado abrangente
Exercício findo em 31 de dezembro de 2020
(Valores expressos em milhares de reais)

	<u>2020</u>	<u>2019</u>
Lucro líquido do exercício	135.436	76.458
Outros resultados abrangentes	-	-
Resultado abrangente do exercício	<u>135.436</u>	<u>76.458</u>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis.

STN – Sistema de Transmissão Nordeste S.A.

Demonstração das mutações do patrimônio líquido
Exercício findo em 31 de dezembro de 2020
(Valores expressos em milhares de reais)

	Reserva de lucros				Lucros (prejuízos) acumulados	Total
	Capital social	Legal	Incentivos fiscais	Reservas de lucro a realizar		
Saldo em 31 de dezembro de 2018	335.908	48.954	19.838	46.396	(44.856)	406.240
Capitalização de reserva de incentivos fiscais (Nota 10b)	19.838	-	(19.838)	-	-	-
Dividendos pagos (Nota 10c)	-	-	-	(1.540)	-	(1.540)
Absorção de prejuízos acumulados	-	-	-	(44.856)	44.856	-
Lucro líquido do exercício	-	-	-	-	76.458	76.458
Destinação do resultado:						
Constituição de reserva legal (Nota 10b)	-	3.823	-	-	(3.823)	-
Constituição de reserva de incentivo fiscal (Nota 10b)	-	-	18.700	-	(18.700)	-
Dividendos mínimos obrigatórios (Nota 10c)	-	-	-	-	(13.484)	(13.484)
Dividendos intercalares (Nota 10c)	-	-	-	-	(15.402)	(15.402)
Dividendos adicionais propostos (Nota 10c)	-	-	-	25.049	(25.049)	-
Saldo em 31 de dezembro de 2019	355.746	52.777	18.700	25.049	-	452.272
Capitalização de reserva de incentivos fiscais (Nota 10b)	18.700	-	(18.700)	-	-	-
Dividendos pagos (Nota 10c)	-	-	-	(25.049)	-	(25.049)
Lucro líquido do exercício	-	-	-	-	135.436	135.436
Destinação do resultado:						
Constituição de reserva legal (Nota 10b)	-	6.772	-	-	(6.772)	-
Constituição de reserva de incentivo fiscal (Nota 10b)	-	-	19.566	-	(19.566)	-
Dividendos mínimos obrigatórios (Nota 10c)	-	-	-	-	(32.166)	(32.166)
Dividendos intercalares (Nota 10c)	-	-	-	-	(1.835)	(1.835)
Dividendos adicionais propostos (Nota 10c)	-	-	-	75.097	(75.097)	-
Saldo em 31 de dezembro de 2020	374.446	59.549	19.566	75.097	-	528.658

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis.

STN – Sistema de Transmissão Nordeste S.A.

Demonstração do fluxo de caixa
Exercício findo em 31 de dezembro de 2020
(Valores expressos em milhares de reais)

	2020	2019
Fluxo de caixa das atividades operacionais		
Lucro antes do imposto de renda e contribuição social	166.257	86.362
Ajustes para reconciliar o lucro ao caixa gerado pelas atividades operacionais		
Depreciação e amortização	1	3
Encargos sobre empréstimos e financiamentos	2.508	6.879
Encargos sobre debêntures	248	1.909
Rendimento sobre aplicações financeiras	(209)	(495)
	168.805	94.658
Acréscimo (decréscimo) no ativo		
Concessionárias e permissionárias	3.775	(1.193)
Ativo de concessão	(24.202)	72.651
Tributos e contribuições sociais	(944)	(3.328)
Serviço em curso	(3.151)	(1.318)
Outros ativos	(1.022)	(461)
	(25.544)	66.351
(Acréscimo) decréscimo no passivo		
Fornecedores	(209)	(300)
Taxas regulamentares	691	(1.106)
Tributos e contribuições sociais – correntes	(2.440)	(3.664)
Tributos e contribuições sociais – diferidos	1.478	2.456
Outros passivos	(312)	(2.612)
	(792)	(5.226)
	142.469	155.783
Pagamento de juros de empréstimos	(2.556)	(6.894)
Pagamento de juros de debêntures	(378)	(2.186)
Pagamento de tributos	(8.254)	(8.546)
Caixa líquido gerado pelas atividades operacionais	131.281	138.157
Fluxo de caixa das atividades de investimento		
Resgate de aplicações financeiras	9.088	-
Aplicações no imobilizado	-	(84)
Caixa líquido gerado pelas (aplicado nas) atividades de investimento	9.088	(84)
Fluxo de caixa das atividades de financiamento		
Pagamentos de dividendos	(59.049)	(32.743)
Pagamento de empréstimos e financiamentos	(76.808)	(22.534)
Pagamento de debêntures	(17.823)	(23.696)
Caixa líquido aplicado nas atividades de financiamento	(153.680)	(78.973)
Acréscimo (decréscimo) no caixa e equivalentes de caixa	(13.311)	59.100
Caixa e equivalentes de caixa		
No início do exercício	73.943	14.843
No final do exercício	60.632	73.943
Acréscimo (decréscimo) no caixa e equivalentes de caixa	(13.311)	59.100

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis.

STN – Sistema de Transmissão Nordeste S.A.

Notas explicativas às demonstrações contábeis
31 de dezembro de 2020
(Valores expressos em milhares de reais)

1. Contexto operacional

A STN - Sistema de Transmissão Nordeste S.A. (“STN” ou “Companhia”) foi constituída em 27 de outubro de 2003 como sociedade anônima de capital fechado, com sede na cidade do Recife na Praça Dr. Fernando Figueira, nº 30, sala 1103, Estado de Pernambuco, com o propósito específico de exploração de linhas de transmissão de energia elétrica, tendo como objeto social planejar, implantar, construir, operar e manter instalações de transmissão de energia elétrica e serviços correlatos. Por se tratar de uma concessionária de serviço público de transmissão de energia elétrica, suas atividades são regulamentadas e fiscalizadas pela Agência Nacional de Energia Elétrica - ANEEL. A Companhia entrou em operação comercial em 1º de janeiro de 2006.

Os serviços de operação do sistema de transmissão e manutenção dos sistemas de proteção são realizados pela CHESF, sob a supervisão e fiscalização da STN, enquanto os serviços de manutenção dos sistemas elétricos são realizados diretamente pela Companhia.

Pelo Contrato de Concessão nº 05/2004, de 18 de fevereiro de 2004, foi outorgada à Companhia pela União, por intermédio da ANEEL - Agência Nacional de Energia Elétrica, a concessão de serviço de transmissão de energia elétrica, pelo prazo de 30 anos, compreendendo as linhas de transmissão em 500 kV, Teresina II - Sobral III -C2, com origem no Estado do Piauí e término no Estado do Ceará, com extensão de 334 km e Sobral III - Fortaleza II - C2, no Estado do Ceará, com extensão de 212 km.

A Receita Anual Permitida (“RAP”) da concessionária é definida pelo poder concedente, por meio da ANEEL e fixada anualmente, para períodos definidos como ciclos que compreendem os meses de julho a junho do ano posterior, por meio de Resoluções Homologatórias. De acordo com o contrato de concessão, a partir de 16º ano de operação comercial a RAP será reduzida em 50% do valor vigente no 15º ano até o final do prazo de concessão.

Contrato de concessão				
Número	Prazo (anos)	Vigência até	RAP (*)	Índice de correção
005/2004	30	18/02/2034	159.458	IGP-M

(*) Conforme Resolução Homologatória ANEEL 2.725/2020.

O contrato de concessão estabelece que a extinção das concessões determinará a reversão ao poder concedente dos bens vinculados ao serviço, procedendo-se aos levantamentos e avaliações, bem como à determinação do montante da indenização devida às transmissoras, observados os valores e as datas de sua incorporação ao sistema elétrico. Diante disso, a Administração da Companhia infere que ao final do prazo de concessão os valores residuais dos bens vinculados ao serviço serão indenizados pelo poder concedente. A metodologia aplicada à valorização desses ativos encontra-se explicitada em Nota 6.

STN – Sistema de Transmissão Nordeste S.A.

Notas explicativas às demonstrações contábeis
31 de dezembro de 2020
(Valores expressos em milhares de reais)

1. Contexto operacional--Continuação

1.1 Impactos do COVID 19 (Coronavirus) nos negócios da Companhia

Diante da pandemia reportada pela Organização Mundial de Saúde (OMS) relacionada à difusão do Covid-19, a Companhia adotou medidas de monitoramento e prevenção a fim de proteger seus colaboradores e comunidades em que atua, e visando manter a continuidade operacional de suas linhas de transmissão, observando as recomendações das autoridades sanitárias. Adicionalmente, foram avaliados os possíveis impactos em relação aos saldos contábeis, divulgados a seguir:

Em relação a seus investimentos, não foram identificadas desvalorização subsequente dos mesmos, a Companhia mitiga os riscos de volatilidade do mercado financeiro efetuando aplicações em investimentos que possuem remuneração fixa, tendo em vista seu perfil conservador.

O negócio da Companhia apresenta receita previsível, reajustada pela IGP-m e de longo prazo, assegurada pelos modelos regulatórios do segmento de atuação, não apresentando risco de demanda. Desta forma, a Administração da Companhia não considera que exista risco de realização de seus recebíveis.

Com base na avaliação acima, em 31 de dezembro de 2020 e até a data de emissão dessas demonstrações contábeis, não foram identificados impactos significativos aos negócios da Companhia que pudessem requerer divulgação.

2. Apresentação das demonstrações contábeis

As demonstrações contábeis, foram autorizadas para emissão pelo Conselho de Administração em 12 de março de 2021.

2.1 Declaração de conformidade

As demonstrações contábeis foram preparadas e estão sendo apresentadas em conformidade com as práticas contábeis adotadas no Brasil, as quais abrangem as disposições contidas na Lei das Sociedades por Ações, pronunciamentos, interpretações e orientações emitidas pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis ("CPC"), aprovadas pelo Conselho Federal de Contabilidade ("CFC").

Todas as informações relevantes próprias das demonstrações contábeis, e somente elas, estão sendo evidenciadas, e correspondem àquelas utilizadas pela Administração na sua gestão.

STN – Sistema de Transmissão Nordeste S.A.

Notas explicativas às demonstrações contábeis--Continuação
31 de dezembro de 2020
(Valores expressos em milhares de reais)

2. Apresentação das demonstrações contábeis--Continuação

2.2 Adoção do Ofício circular CVM 04/2020

Em 1º de dezembro de 2020, a CVM divulgou o Ofício-Circular 04/20 que orienta quanto às práticas contábeis introduzidas com a adoção do CPC 47 e do CPC48 a serem observados pelas Companhias transmissoras de energia elétrica. Os principais aspectos são: (i) atribuição de margens para o reconhecimento das receitas oriundas das obrigações de performance de construção e de operação e manutenção; (ii) aplicação de taxa implícita de desconto do fluxo financeiro dos ativos contratuais da concessão, obtido após a atribuição das respectivas margens (iii) segregação em rubrica específica na demonstração de resultado da receita de remuneração dos ativos da concessão; (iv) reconhecimento dos impactos da Revisão Tarifária Periódica (RTP). Em 31 de dezembro de 2020, a Companhia adequou suas práticas contábeis, revisitou as taxas de descontos do ativo contratual, em comparação com a prática anterior, e não identificou nenhum ajuste relevante no exercício corrente, relativo a exercícios anteriores, advindo dos aspectos mencionados, dado que desde a adoção inicial do CPC 47, a STN já adotava margens tanto na receita de construção quanto na receita de operação e manutenção.

2.3 Bases de preparação e apresentação

As demonstrações contábeis foram preparadas utilizando o custo histórico como base de valor, exceto pela valorização de certos instrumentos financeiros, os quais são mensurados pelo valor justo, quando requerido pelas normas contábeis.

2.4 Moeda funcional e de apresentação

As demonstrações contábeis foram preparadas e estão apresentadas em milhares de Reais (R\$), que é a moeda funcional da STN. A moeda funcional foi determinada em função do ambiente econômico primário de suas operações.

2.5 Julgamentos, estimativas e premissas contábeis significativas

A preparação das demonstrações contábeis exige que a Administração faça uso de julgamentos, estimativas e premissas baseadas em fatores objetivos e subjetivos que afetam a aplicação de políticas contábeis e determinam os valores registrados. A liquidação das transações que envolveu estas estimativas pode divergir significativamente dos valores registrados nas demonstrações contábeis.

STN – Sistema de Transmissão Nordeste S.A.

Notas explicativas às demonstrações contábeis--Continuação

31 de dezembro de 2020

(Valores expressos em milhares de reais)

2. Apresentação das demonstrações contábeis--Continuação

2.5 Julgamentos, estimativas e premissas contábeis significativas--Continuação

Estimativas e premissas são revistas de maneira contínua. As revisões das estimativas são reconhecidas prospectivamente. Essas estimativas e premissas incluem: contabilização dos contratos de concessão, momento de reconhecimento do ativo contratual, determinação da margem de lucro, determinação das receitas de infraestrutura e de operação e manutenção, determinação da taxa de juros de desconto do ativo contratual, determinação das receitas de implementação de infraestrutura e de operação e manutenção, constituição de ativo ou passivo fiscal diferido, análise do risco de crédito e de outros riscos para a determinação da necessidade de provisões, inclusive a provisão para riscos ambientais, fiscais, cíveis e trabalhistas.

Contabilização de contratos de concessão

Na contabilização dos contratos de concessão, a STN efetua análises que envolvem o julgamento da Administração, substancialmente, no que diz respeito a aplicabilidade da interpretação de contratos de concessão, determinação e classificação de receitas por obrigação de performance, entre receita de implementação da infraestrutura, receita de remuneração dos ativos de contrato e receita de operação e manutenção ampliação, reforços e melhorias como ativo contratual.

Momento de reconhecimento do ativo contratual

A Administração da STN avalia o momento de reconhecimento do ativo contratual com base nas características econômicas do contrato de concessão, na medida em que satisfaz a obrigação de construir e implementar a infraestrutura de transmissão e na medida que incorre com os gastos de operação e manutenção, sendo a receita reconhecida ao longo do tempo do projeto. O ativo contratual é registrado em contrapartida a receita de infraestrutura, que é reconhecida na proporção dos gastos incorridos, observando as margens de construção e O&M. Após a entrada em operação comercial inicia-se o reconhecimento da receita de O&M calculada levando em consideração os custos incorridos na realização da obrigação de desempenho, acrescidos de margem. A parcela do ativo contratual indenizável, existente é identificada quando a implementação da infraestrutura é finalizada.

STN – Sistema de Transmissão Nordeste S.A.

Notas explicativas às demonstrações contábeis--Continuação
31 de dezembro de 2020
(Valores expressos em milhares de reais)

2. Apresentação das demonstrações contábeis--Continuação

2.5 Julgamentos, estimativas e premissas contábeis significativas--Continuação

Determinação da margem de lucro

A margem de lucro é calculada para cada tipo de obrigação de performance

A margem de construção é determinada em função das características e complexidade dos projetos, bem como da situação macroeconômica nos quais os mesmos são estabelecidos, e consideram a ponderação dos fluxos estimados de recebimentos de caixa em relação aos fluxos estimados de custos esperados para os investimentos de implementação da infraestrutura. A margem de construção é revisada anualmente, na entrada em operação do projeto e/ou quando ocorrer indícios de variações relevantes na evolução da obra.

A margem de operação e manutenção da infraestrutura de transmissão é determinada em função da observação de receita individual aplicados em circunstâncias similares observáveis, nos casos em que a Companhia tem direito exclusivamente, ou seja, de forma separada, à remuneração pela atividade de operar e manter a infraestrutura de transmissão.

Determinação da taxa de desconto do ativo contratual

A taxa aplicada ao ativo contratual reflete a taxa implícita do fluxo financeiro de cada empreendimento/projeto e considera a estimativa da Companhia para precificar o componente financeiro do ativo contratual na data do início do contrato de concessão em função das características macroeconômicas alinhadas a metodologia do Poder Concedente e a estrutura de custo capital individual dos projetos. Quando o Poder Concedente revisa ou atualiza a receita, por meio da Revisão Tarifária Periódica – RTP, que a STN tem direito a receber, o valor contábil do ativo contratual é ajustado para refletir os fluxos revisados, sendo o ajuste reconhecido como outras receitas (despesas) operacionais no resultado.

Determinação das receitas de implementação de infraestrutura

Quando a concessionária presta serviços de implementação da infraestrutura, é reconhecida a receita de infraestrutura pelo valor justo e os respectivos custos relativos aos serviços de implementação da infraestrutura à medida que são incorridos, adicionados da margem estimada para cada empreendimento/projeto.

STN – Sistema de Transmissão Nordeste S.A.

Notas explicativas às demonstrações contábeis--Continuação
31 de dezembro de 2020
(Valores expressos em milhares de reais)

2. Apresentação das demonstrações contábeis--Continuação

2.5 Julgamentos, estimativas e premissas contábeis significativas--Continuação

Determinação das receitas de operação e manutenção

Quando a concessionária presta serviços de operação e manutenção, é reconhecida a receita pelo preço justo preestabelecido considerando a margem de operação e manutenção, conforme contraprestação dos serviços.

PV (Parcela variável)

A Companhia dispõe de um percentual, apurado com base nas PV's históricas para cobrir os eventuais custos com perturbações no sistema elétrico.

3. Sumário das principais práticas contábeis

3.1 Reconhecimento da receita

Os concessionários devem registrar e mensurar a receita dos serviços que prestam obedecendo aos pronunciamentos técnicos CPC 47 - Receita de Contrato com Cliente e CPC 48 - Instrumentos Financeiros, mesmo quando prestados sob um único contrato de concessão. As receitas são reconhecidas quando ou conforme a entidade satisfaz as obrigações de performance assumidas no contrato com o cliente, e somente quando houver um contrato aprovado; for possível identificar os direitos; houver substância comercial e for provável que a entidade receberá a contraprestação à qual terá direito. As receitas da Companhia são classificadas nos seguintes grupos:

3.1.1 Receita de implantação de infraestrutura

Refere-se a receita relativa a obrigação de performance relacionada aos serviços de implementação da infraestrutura, ampliação, reforço e melhorias das instalações de transmissão de energia elétrica. Durante a fase de implantação, a receita é reconhecida pelo valor justo na proporção dos custos incorridos, corrigido pelo índice inflacionário e do diferimento de Programa de Integração Social - PIS, da Contribuição para o Financiamento da Seguridade Social - COFINS. Para estimar essa receita de Implantação de Infraestrutura, a Companhia utiliza um modelo que apura o custo de financiar o cliente (no caso, Poder Concedente) e considera questões relacionadas à responsabilidade primária pela prestação dos serviços, mesmo nos casos em que haja a terceirização dos serviços, custos de gerenciamento e/ou acompanhamento da obra, além de determinadas despesas do exercício, por esse motivo os projetos embutem margem suficiente visando cobrir os custos em questão e também dos tributos e encargos regulatórios.

STN – Sistema de Transmissão Nordeste S.A.

Notas explicativas às demonstrações contábeis--Continuação
31 de dezembro de 2020
(Valores expressos em milhares de reais)

3. Sumário das principais práticas contábeis--Continuação

3.1 Reconhecimento da receita--Continuação

3.1.2 Receitas de remuneração dos ativos da concessão

Refere-se aos juros reconhecidos pelo método linear com base na taxa implícita aplicada sobre o valor dos investimentos da infraestrutura de transmissão, e considera as especificidades de cada projeto de reforço, melhorias e de leilão. A taxa implícita busca precificar o componente financeiro do ativo contratual, determinada na data de início de cada contrato de concessão. A taxa incide sobre o montante a receber do fluxo futuro de recebimento de caixa.

3.1.3 Receitas de operação e manutenção

As receitas de operação e manutenção tem início após a fase de construção e são reconhecidas conforme parâmetros regulatórios definidos no contrato de concessão, as quais embutem margem suficiente para cobrir os custos dos serviços incorridos e também dos tributos e encargos regulatórios.

As receitas com implementação da infraestrutura, receita de remuneração dos ativos de concessão e de operação e manutenção estão sujeitas a correção monetária pela variação do IGPM ou IPCA e ao diferimento de Programa de Integração Social - PIS, da Contribuição para o Financiamento da Seguridade Social - COFINS, bem como Encargos Regulatórios (Reserva Global de Reversão "RGR" e Taxa de Fiscalização do Serviço Público de Energia Elétrica "TFSEE") registrados no passivo não circulante.

3.1.4 Receitas de juros

A receita de juros decorrente de aplicações financeiras é calculada com base na aplicação da taxa de juros efetiva, pelo prazo decorrido, sobre o valor do principal investido.

3.2 Ativo contratual da concessão

Conforme previsto no contrato de concessão, o concessionário atua como prestador de serviço. O concessionário implementa, amplia, reforça ou melhora a infraestrutura (serviços de implementação da infraestrutura) usada para prestar um serviço público além de operar e manter essa infraestrutura (serviços de operação e manutenção) durante determinado prazo. A transmissora de energia é remunerada pela disponibilidade da infraestrutura durante o prazo da concessão.

STN – Sistema de Transmissão Nordeste S.A.

Notas explicativas às demonstrações contábeis--Continuação
31 de dezembro de 2020
(Valores expressos em milhares de reais)

3. Sumário das principais práticas contábeis--Continuação

3.2 Ativo contratual da concessão--Continuação

O contrato de concessão não transfere ao concessionário o direito de controle do uso da infraestrutura de serviços públicos. Ocorre a cessão de posse desses bens, que são operados nas condições previstas no contrato de concessão, para realização dos serviços públicos, sendo os bens revertidos ao poder concedente após o encerramento do respectivo contrato.

O ativo contratual se origina na medida em que a concessionária satisfaz a obrigação de construir e implementar a infraestrutura de transmissão, sendo a receita reconhecida ao longo do tempo do projeto, porém o recebimento do fluxo de caixa está condicionado à satisfação da obrigação de desempenho de operação e manutenção. Mensalmente, à medida que a Companhia opera e mantém a infraestrutura, a parcela do ativo contratual equivalente à contraprestação daquele mês é transferida para concessionárias e permissionárias.

O valor do ativo contratual das concessionárias de transmissão de energia é estimado o início da concessão ou em eventual prorrogação, sendo formado por meio do valor presente dos seus fluxos de caixa futuros. Sendo as premissas de sua mensuração revisadas na Revisão Tarifária Periódica (RTP).

Os fluxos de caixa são definidos a partir da Receita Anual Permitida (RAP), que é a contraprestação que as concessionárias recebem pela prestação do serviço público de transmissão aos usuários. Estes recebimentos amortizam os investimentos nessa infraestrutura de transmissão e eventuais investimentos não amortizados (bens reversíveis) geram o direito de indenização do Poder Concedente ao final do contrato de concessão. Este fluxo de recebimentos é (i) remunerado pela taxa implícita que representa o componente financeiro do negócio, estabelecida no início de cada projeto da Companhia, de 8,88% a.a; e (ii) atualizado pelo IPCA.

A remuneração recebida ou a receber é alocada a cada obrigação de performance com base nos valores relativos aos serviços prestados caso os valores sejam identificáveis separadamente. Os ativos da concessão são classificados como:

Contas a receber da Concessão - Concessionárias e permissionárias Após o término da fase de construção, à medida que a Companhia opera e mantém a infraestrutura, mensalmente, a parcela do ativo contratual equivalente à contraprestação daquele mês pela satisfação da obrigação de desempenho de construir torna-se um ativo financeiro ao custo amortizado, é registrada em concessionárias e permissionárias, pois nada mais além da passagem do tempo será requerida para que o referido montante seja recebido. Os benefícios deste ativo são os fluxos de caixa futuros.

STN – Sistema de Transmissão Nordeste S.A.

Notas explicativas às demonstrações contábeis--Continuação
31 de dezembro de 2020
(Valores expressos em milhares de reais)

3. Sumário das principais práticas contábeis--Continuação

3.3 Ativos financeiros

Ativos financeiros são reconhecidos inicialmente ao valor justo, acrescidos, no caso de investimentos não designados a valor justo por meio do resultado, dos custos de transação que sejam diretamente atribuíveis à aquisição do ativo financeiro. Equivalentes de caixa e investimentos de curto prazo são classificados como “valor justo por meio do resultado”.

Os ativos financeiros foram avaliados por indicadores de redução ao valor recuperável ao final do exercício. Uma perda por redução ao valor recuperável é registrada quando houver evidência objetiva de perda após seu reconhecimento inicial.

3.4 Provisão para redução ao provável valor de realização de ativos

A Administração da Companhia revisa anualmente o valor contábil líquido dos ativos com o objetivo de avaliar eventos ou mudanças nas circunstâncias econômicas, operacionais ou tecnológicas, que possam indicar deterioração ou perda de seu valor recuperável. Em 31 de dezembro de 2020, a STN não identificou nenhum indicador, por meio de informações extraídas de fontes internas e externas, relacionado a perdas por redução ao provável valor de recuperação dos ativos.

3.5 Passivos financeiros

Todos os passivos financeiros são mensurados inicialmente ao seu valor justo, mais ou menos, no caso de passivo financeiro que não seja ao valor justo por meio do resultado, os custos de transação que sejam diretamente atribuíveis à emissão do passivo financeiro. Após o reconhecimento inicial, empréstimos e financiamentos contraídos sujeitos a juros são mensurados subsequentemente pelo custo amortizado, utilizando o método da taxa de juros efetiva. Ganhos e perdas são reconhecidos no resultado quando os passivos são baixados, bem como pelo processo de amortização da taxa de juros efetiva.

3.6 Instrumentos financeiros – Apresentação líquida

Ativos e passivos financeiros são apresentados líquidos no balanço patrimonial somente se houver um direito legal corrente e executável de compensar os montantes reconhecidos e se houver a intenção de compensação, ou de realizar o ativo e liquidar o passivo simultaneamente.

STN – Sistema de Transmissão Nordeste S.A.

Notas explicativas às demonstrações contábeis--Continuação
31 de dezembro de 2020
(Valores expressos em milhares de reais)

3. Sumário das principais práticas contábeis--Continuação

3.7 Provisões

Provisões são reconhecidas quando a Companhia possui uma obrigação presente (legal ou construtiva) resultante de um evento passado, cuja liquidação seja considerada como mais provável e seu montante possa ser estimado de forma confiável.

3.7.1 Provisões para demandas judiciais e administrativas

As provisões para demandas judiciais e administrativas são revisadas e ajustadas para levar em conta alterações nas circunstâncias, tais como prazo de prescrição aplicável, conclusões de inspeções físicas nos processos ou exposições adicionais identificadas com base em novos assuntos ou decisões de tribunais.

3.8 Taxas regulamentares e setoriais

Reserva global de reversão: Encargos do setor elétrico pago mensalmente pelas empresas concessionárias de energia elétrica, com finalidade de prover recursos para a reversão, expansão e melhoria dos serviços públicos de energia elétrica. Seu valor anual equivale a 2,6% da RAP.

Programa de pesquisa e desenvolvimento (P&D), fundo nacional de desenvolvimento científico e tecnológico (FNDCT) e empresa de pesquisa energética (EPE): São programas de reinvestimento exigidos pela ANEEL para as empresas de energia elétrica, que estão obrigadas a destinar 1% da RAP líquida para esses programas. A Companhia possui registrado no passivo circulante a rubrica encargos regulatórios, na qual está registrado o valor destinado da receita, conforme período previsto para a realização dos investimentos.

Taxa de fiscalização do Serviço Público de Energia Elétrica (TFSEE): Os valores da taxa de fiscalização incidentes sobre a transmissão de energia elétrica é equivalente a 0,4% da RAP.

3.9 Tributação

3.9.1 Tributos sobre a receita

As receitas da STN estão sujeitas aos seguintes tributos, pelas alíquotas básicas:

- Programa de Integração Social (PIS) - 1,65%
- Contribuição para Financiamento da Seguridade Social (COFINS) – 7,60%

Esses tributos são deduzidos da receita de transmissão, as quais estão apresentadas na demonstração do resultado pelo seu valor líquido.

STN – Sistema de Transmissão Nordeste S.A.

Notas explicativas às demonstrações contábeis--Continuação
31 de dezembro de 2020
(Valores expressos em milhares de reais)

3. Sumário das principais práticas contábeis--Continuação

3.9 Tributação--Continuação

3.9.2 Imposto de renda e contribuição social

Correntes

A tributação sobre o lucro compreende o imposto de renda e a contribuição social. A despesa de imposto de renda e contribuição social corrente é calculada de acordo com legislação tributária vigente. O imposto de renda é computado sobre o lucro tributável pela alíquota de 15%, acrescido do adicional de 10% para a parcela do lucro que exceder R\$ 240 no período base para apuração do imposto, enquanto que a contribuição social é computada pela alíquota de 9% sobre o lucro tributáveis. As antecipações ou valores passíveis de compensação são demonstrados no ativo circulante ou não circulante, de acordo com a previsão de sua realização.

Em 2016, foi emitido o Laudo de Constituição nº 0138/2016 emitido pela Superintendência do Desenvolvimento do Nordeste (SUDENE) onde aprova o direito ao benefício fiscal de redução de 75% do Imposto de Renda e Adicionais não restituíveis em favor da Companhia com o período de fruição de 2016 a 2025. A fundamentação legal para o reconhecimento do direito é o Art. 1º da Medida Provisória nº 2.199/2014, de 24 de agosto de 2011, em conformidade com o estabelecido no Decreto nº 4.213, de 26 de abril de 2002, e com o Regulamento dos Incentivos Fiscais.

Para o usufruto de tal benefício se faz necessário encaminhar o referido laudo para a Receita Federal do Brasil (RFB), o que foi regularmente feito, contudo, esta negou o reconhecimento alegando que a STN estaria sem Certidão de Regularidade Fiscal no momento da análise do pedido. Todavia, (a) a negativa da RFB extrapola o prazo limite de 120 dias contados do protocolo do recurso, em 29 de novembro de 2016, assinalado nos §1 e §2 do art. 60 da IN SRF 267/02; (b) o art. 124 da IN SRF 267/02, prevê que a regularidade fiscal apenas é exigível no momento da apresentação do pedido; e, (c) a RFB realizou lançamento indevido na análise de estimativas mensais de IRPJ e CSLL. No entendimento da Administração da Companhia, amparada por seus assessores jurídicos, sendo certo que estes argumentos acima elencados estão presentes, de maneira mais detalhada, no recurso administrativo apresentado perante a RFB e que, portanto, apesar dos equívocos cometidos pela RFB a Companhia tem direito a usufruir do referido benefício.

STN – Sistema de Transmissão Nordeste S.A.

Notas explicativas às demonstrações contábeis--Continuação
31 de dezembro de 2020
(Valores expressos em milhares de reais)

3. Sumário das principais práticas contábeis--Continuação

3.9 Tributação--Continuação

3.9.2 Imposto de renda e contribuição social--Continuação

Diferidos

O imposto de renda e a contribuição social diferidos são apurados observando-se as disposições da legislação aplicável, com base no lucro líquido, ajustado pela inclusão de despesas não dedutíveis, exclusão de receitas não tributáveis e inclusão e/ou exclusão de diferenças temporárias.

Impostos diferidos ativos são reconhecidos para todas as diferenças temporárias dedutíveis, créditos e perdas tributários não utilizados, somente na extensão em que seja provável que o lucro tributável esteja disponível para que as diferenças temporárias dedutíveis possam ser realizadas, e créditos e perdas tributários não utilizados possam ser utilizados.

Os impostos diferidos passivos são mensurados pelas alíquotas aplicáveis no período no qual se espera que o passivo seja liquidado ou o ativo seja realizado, com base nas alíquotas previstas na legislação tributária vigente no final de cada exercício, ou quando uma nova legislação tiver sido substancialmente aprovada.

3.10 Pronunciamentos novos ou revisados aplicados pela primeira vez em 2020

A Companhia adotou a partir de 1º janeiro de 2020 as normas abaixo, contudo, não há efeito material nas demonstrações contábeis.

- Alterações no CPC 15 (R1): Definição de negócios;
- Alterações no CPC 38, CPC 40 (R1) e CPC 48: Reforma da Taxa de Juros de Referência;
- Alterações no CPC 26 (R1) e CPC 23: Definição de material;
- Revisão no CPC 00 (R2): Estrutura Conceitual para Relatório Financeiro;
- Alterações no CPC 06 (R2): Benefícios Relacionados à Covid-19 Concedidos para Arrendatários em Contratos de Arrendamento.

3.11 Normas emitidas ou alteradas, mas ainda não vigentes

As normas e interpretações novas e alteradas emitidas, mas não ainda em vigor até a data de emissão das demonstrações contábeis da Companhia, estão descritas a seguir. A STN pretende adotar estas normas e interpretações novas e alteradas, se cabível, após emissão pelo CPC quando entrarem em vigor. A Companhia ainda não concluiu a sua análise sobre os eventuais impactos decorrentes da adoção das referidas normas.

STN – Sistema de Transmissão Nordeste S.A.

Notas explicativas às demonstrações contábeis--Continuação
31 de dezembro de 2020
(Valores expressos em milhares de reais)

3. Sumário das principais práticas contábeis--Continuação

3.11 Normas emitidas ou alteradas, mas ainda não vigentes--Continuação

- Substituição do IFRS 4 - Contrato de Seguro para o IFRS 17 Contrato de Seguro. A entrada em vigor ocorrerá para períodos iniciados em 1º de janeiro de 2023;
- Alterações ao IAS 1: Classificação de passivos como circulante ou não circulante. As alterações serão válidas para períodos iniciados a partir de 1º de janeiro de 2023;
- Alterações ao IAS 37: Contratos Onerosos – custos para cumprir um contrato. A entrada em vigor ocorrerá para períodos iniciados em ou após 1º de janeiro de 2022;
- Alterações ao CPC 27IAS 16 - Ativo Imobilizado: Receitas antes do uso pretendido.

4. Caixa e equivalentes de caixa

	<u>2020</u>	<u>2019</u>
Caixa e depósitos bancários à vista	690	302
Aplicações financeiras	59.942	73.641
	<u>60.632</u>	<u>73.943</u>

As aplicações financeiras correspondem a operações realizadas com instituições que operam no mercado financeiro nacional e contratadas em condições e taxas praticadas pelo mercado em operações financeiras semelhantes, tendo como característica alta liquidez, baixo risco de crédito e remuneração as taxas de 99% a 100% pela variação do Certificado de Depósito Interbancário - CDI.

5. Concessionárias e permissionárias

	<u>2020</u>	<u>2019</u>
Encargos de uso da transmissão faturados, a receber	2.442	20.158
Encargos de uso da transmissão a faturar (*)	16.037	2.096
	<u>18.479</u>	<u>22.254</u>
Concessionárias e permissionárias	16.399	20.000
Concessionárias e permissionárias - partes relacionadas	387	561
Concessionárias e permissionárias - outros créditos	1.693	1.693
	<u>18.479</u>	<u>22.254</u>

(*) Refere-se à apuração do valor a receber dos usuários do sistema de transmissão informado mensalmente pelo Operador Nacional do Sistema Elétrico - ONS, a ser faturado no mês seguinte, para recebimento em três parcelas iguais e sucessivas, vencíveis nos dias 15, 25 e 5 dos meses subsequentes.

STN – Sistema de Transmissão Nordeste S.A.

Notas explicativas às demonstrações contábeis--Continuação

31 de dezembro de 2020

(Valores expressos em milhares de reais)

6. Ativo de concessão

A infraestrutura implantada na atividade de transmissão que estava originalmente representada pelo ativo imobilizado da Companhia é, ou será, recuperada por meio de dois fluxos de caixa, a saber:

- Parte por meio da RAP recebida durante o prazo definido pelo contrato de concessão; e
- Parte como indenização dos bens reversíveis no final do prazo da concessão.

	<u>2020</u>	<u>2019</u>
Saldo inicial	565.396	638.047
Receita de operação e manutenção	42.830	46.649
Remuneração do ativo contratual da concessão	160.681	79.186
(-) Parcela variável	(731)	699
Realização do ativo contratual	(178.578)	(199.185)
Saldo final	589.598	565.396
	<hr/>	<hr/>
Ativo de concessão - circulante	91.603	125.253
Ativo de concessão - não circulante	497.995	440.143
	589.598	565.396

As contas a receber da concessão incluem os valores a receber decorrentes da implantação de infraestrutura, da receita financeira e da operação e manutenção, bem como o valor do ativo indenizável, referente ao montante que o concessionário terá direito quando do término do contrato de concessão. A Companhia considera que o valor da indenização a que terá direito deve corresponder ao valor novo de reposição ajustado pela depreciação acumulada de cada item.

As contabilizações de adições subsequentes ao ativo financeiro somente ocorrerão quando da implantação da infraestrutura relacionada com ampliação/melhoria/ reforço da infraestrutura que represente potencial de geração de receita adicional.

STN – Sistema de Transmissão Nordeste S.A.

Notas explicativas às demonstrações contábeis--Continuação

31 de dezembro de 2020

(Valores expressos em milhares de reais)

7. Imposto de renda e contribuição social diferidos

O imposto de renda e a contribuição social diferidos passivos, decorrem substancialmente da diferença entre as receitas recebidas (base fiscal) e o reconhecimento de receitas (base contábil) conforme a ICPC 01 (R1) e o OCPC 05 - contratos de concessão e foram mensurados pelas alíquotas aplicáveis nos períodos nos quais se espera que o passivo seja liquidado, com base nas alíquotas previstas na legislação tributária vigente no final de cada exercício.

	<u>2020</u>	<u>2019</u>
Ativo fiscal diferido		
Art. 69 inciso IV Lei nº 12.973/14	(21.577)	(25.581)
	(21.577)	(25.581)
Passivo fiscal diferido		
Diferimento do lucro da construção conforme Art. 84 inciso II, IN nº 1.515/14 e 1.700/17	119.531	108.624
Outros itens	-	(49)
	119.531	108.575
IRPJ e CSLL diferidos líquidos	97.954	82.994

8. Taxas regulamentares e setoriais

		<u>2020</u>	<u>2019</u>
Pesquisa e Desenvolvimento - P&D	(a)	6.103	5.467
Taxa de Fiscalização ANEEL	(b)	738	683
		6.841	6.150

(a) Programas de investimento exigidos pela ANEEL para as concessionárias de serviço público de energia elétrica, que estão obrigadas a destinar 1% de sua receita operacional líquida para esses programas.

(b) Os valores da taxa de fiscalização incidentes sobre a transmissão de energia elétrica são diferenciados e proporcionais ao porte do serviço concedido, calculados anualmente pela ANEEL, considerando o valor econômico agregado pelo concessionário.

STN – Sistema de Transmissão Nordeste S.A.

Notas explicativas às demonstrações contábeis--Continuação
31 de dezembro de 2020
(Valores expressos em milhares de reais)

9. Provisão para contingências

A provisão para contingências refere-se exclusivamente às ações cíveis que tratam de definir o valor da indenização das servidões para passagem da linha de transmissão da Companhia, perfazendo em 31 de dezembro de 2020, a provisão no montante de R\$ 876 (R\$ 876 em 2019).

Adicionalmente, a Companhia possuía em andamento alguns processos judiciais e administrativos de natureza tributária, em 31 de dezembro de 2020, que totalizavam aproximadamente R\$ 19.028 (R\$ 16.075 em 2019), os quais foram avaliados pelos assessores jurídicos como probabilidade de perda possível, portanto, não foram provisionadas.

10. Patrimônio líquido

a. Capital social

O capital social integralizado até 31 de dezembro de 2020 é de R\$ 374.447 (R\$ 355.746 em 2019), representado por 198.000 mil ações ordinárias sem valor nominal.

Em 17 de novembro de 2020, a Assembleia Geral Extraordinária aprovou incorporação ao capital social de R\$ 18.700 (2019: R\$ 19.838), referente a parcela de reserva de lucros - incentivos fiscais, apurada no exercício de 2019.

A composição acionária da Companhia em 31 de dezembro de 2020 e 2019 é a seguinte:

	Quantidade de ações	
	Integralizadas	%
Alupar Investimento S.A.	100.980.000	51
Companhia Hidro Elétrica do São Francisco S.A.	97.020.000	49
	198.000.000	100

STN – Sistema de Transmissão Nordeste S.A.

Notas explicativas às demonstrações contábeis--Continuação
31 de dezembro de 2020
(Valores expressos em milhares de reais)

10. Patrimônio líquido--Continuação

b. Reservas de lucros

Reserva legal: É constituída à razão de 5% do lucro líquido apurado em cada exercício social nos termos do art. 193 da Lei nº 6.404/76, até o limite de 20% do capital social.

Reserva de incentivos fiscais: A legislação do imposto de renda possibilita que as empresas situadas na região Nordeste e que atuam no setor de infraestrutura, reduzam o valor do imposto de renda devido para fins de investimentos em projetos de ampliação da sua capacidade instalada, de acordo com o art. 23 do Decreto Lei nº 756/69 e demais alterações da legislação sobre o assunto.

Durante o exercício findo em 31 de dezembro de 2020, a Companhia apurou o valor de R\$ 19.566 (R\$ 18.700 em 2019), relativo ao incentivo fiscal SUDENE, o qual foi calculado com base no Lucro da Exploração, aplicando-se a redução de 75%, no imposto de renda apurado pelo Lucro Real.

c. Dividendos

O estatuto social determina a distribuição de um dividendo mínimo de 25% do lucro líquido do exercício, ajustado na forma do art. 202 da Lei nº 6.404/76.

	<u>2020</u>	<u>2019</u>
Lucro líquido	135.436	76.458
(-) Reserva legal	(6.772)	(3.823)
(-) Incentivos fiscais	(19.566)	(18.700)
Base de cálculo de dividendos	109.098	53.935
Dividendos:		
Mínimo obrigatório	(32.166)	(13.484)
Dividendos intermediários	(1.835)	(15.402)
Dividendos adicionais propostos	(75,097)	(25.049)
	<u>(109.098)</u>	<u>(53.935)</u>

Em 9 de abril de 2020, o Conselho de Administração da Companhia, aprovou o pagamento de dividendos adicionais, no montante de R\$ 25.049 correspondentes ao exercício anterior.

Em 15 de outubro de 2020, o Conselho de Administração da Companhia aprovou o pagamento de dividendos intermediários, no montante de R\$ 34.001.

STN – Sistema de Transmissão Nordeste S.A.

Notas explicativas às demonstrações contábeis--Continuação
31 de dezembro de 2020
(Valores expressos em milhares de reais)

11. Partes relacionadas

A tabela a seguir apresenta os saldos em aberto em 31 de dezembro de 2020 e 2019 bem como o valor total das transações realizadas com partes relacionadas nos exercícios findos naquelas datas.

a. Saldos e transações

		<u>2020</u>	<u>2019</u>
Ativo:			
Concessionárias e permissionárias	(i)	<u>387</u>	<u>561</u>
Passivo:			
Fornecedores - CHESF	(ii)	<u>307</u>	<u>306</u>
Resultado:			
Custo das operações - serviços de terceiros - CHESF	(ii)	<u>5.444</u>	<u>4.015</u>

- (i) Saldo de faturas a receber da acionista CHESF, referente ao serviço de transmissão de energia.
(ii) Refere-se ao contrato de Operação e Manutenção (O&M) firmado com a acionista CHESF, o qual obteve a devida anuência da ANEEL, além dos contratos de compartilhamento do imobilizado.

b. Entidades com influência significativa sobre a Companhia

Alupar Investimento S.A.: sociedade anônima de capital aberto, com registro na CVM que tem por objeto social tem como objetivo desenvolver e investir em projetos de infraestrutura relacionados ao setor de energia no Brasil e nos demais países da América Latina.

Companhia Hidro Elétrica do São Francisco S.A. - CHESF: concessionária de serviço público de energia elétrica, sociedade de economia mista de capital aberto, tendo como atividades principais a geração e transmissão de energia elétrica, atuando em todo o território nacional.

c. Remuneração do pessoal-chave da Administração da Companhia

No exercício de 2020, as despesas com honorários da Administração contendo remuneração, encargos e outros benefícios diretos, totalizaram R\$ 3.132 (R\$ 2.985 em 2019).

STN – Sistema de Transmissão Nordeste S.A.

Notas explicativas às demonstrações contábeis--Continuação
31 de dezembro de 2020
(Valores expressos em milhares de reais)

12. Receita operacional líquida

	2020	2019
Receita operacional bruta		
Receita de operação e manutenção	42.830	46.649
Remuneração do Ativo contratual da concessão	160.681	79.186
(-) Parcela variável	(731)	-
Receita de serviços cobráveis	64	699
	202.844	126.534
(-) Deduções		
PIS	(1.061)	(610)
COFINS	(4.899)	(2.901)
Quota para Reserva Global de Reversão - RGR	(5.285)	(3.265)
Pesquisa e Desenvolvimento - P&D	(1.699)	(1.860)
Taxa de fiscalização de serviços de energia elétrica - TFSEE	(814)	(506)
	(13.758)	(9.142)
Receita operacional líquida	189.086	117.392

13. Custos e despesas operacionais, líquidas

	2020	2019
Custos dos serviços prestados	(11.970)	(14.353)
Despesas operacionais, líquidas	(9.607)	(9.479)
	(21.577)	(23.832)
Pessoal	(11.282)	(10.981)
Depreciação e amortização	(1)	(3)
Despesas com manutenção	(4.217)	(6.121)
Serviços administrativos	(2.067)	(2.197)
Serviços diversos	(2.213)	(2.224)
Honorários advocatícios	(706)	(649)
Aluguéis	(658)	(843)
Material de expediente	(130)	(262)
Viagens	(199)	(419)
Taxas e anuidades	(104)	(158)
Outras receitas, líquidas	-	25
	(21.577)	(23.832)

14. Resultado financeiro

	2020	2019
Receitas financeiras		
Receita sobre aplicações financeiras	2.172	2.992
Outras receitas	-	171
	2.172	3.163
Despesas financeiras		
Encargos sobre empréstimos e financiamentos	(2.508)	(6.879)
Encargos sobre debêntures	(248)	(1.909)
Outras despesas	(668)	(1.573)
	(3.424)	(10.361)
Resultado financeiro	(1.252)	(7.198)

STN – Sistema de Transmissão Nordeste S.A.

Notas explicativas às demonstrações contábeis--Continuação

31 de dezembro de 2020

(Valores expressos em milhares de reais)

15. Imposto de renda e contribuição social - corrente e diferido

A conciliação da despesa calculada pela aplicação das alíquotas fiscais combinadas e da despesa de imposto de renda e contribuição social debitada em resultado em 2019 e 2018 pode ser demonstrada como segue:

	<u>2020</u>	<u>2019</u>
Lucro antes do imposto de renda e contribuição social	166.257	86.362
Alíquota fiscal combinada	34%	34%
	(56.527)	(29.363)
Exclusão do art. 69 Inciso IV da Lei 12.973, de maio 2014 (a)	5.903	5.903
Lei Rouanet / Esporte / FIA	920	960
Despesas e provisões indedutíveis	903	1.261
Outras, líquidas	17.980	11.335
	(30.821)	(9.904)
Composição das despesas de imposto de renda e contribuição social		
Corrente	(35.428)	(26.146)
Incentivo fiscal	19.566	18.700
	(15.862)	(7.446)
Diferido	(14.959)	(2.458)
	(30.821)	(9.904)
Taxa efetiva	18%	11%

(a) Realização da quota fixa, conforme Art.69 da Lei nº 12.973/2014

STN – Sistema de Transmissão Nordeste S.A.

Notas explicativas às demonstrações contábeis--Continuação
31 de dezembro de 2020
(Valores expressos em milhares de reais)

16. Instrumentos financeiros

Os valores contábeis dos instrumentos financeiros, ativos e passivos, quando comparados com os valores que poderiam ser obtidos na sua negociação em um mercado ativo ou, na ausência deste, com valor presente líquido ajustado com base na taxa vigente de juros no mercado, aproximam-se de seus correspondentes valores de mercado.

Em 31 de dezembro de 2020 e 2019, a STN não tinha contratos em aberto envolvendo operações com derivativos.

a) Classificação dos instrumentos financeiros

Caixa e equivalentes de caixa, títulos e valores mobiliários e a parte do contas a receber da concessão recuperada pela indenização no final da concessão são classificados como valor justo por meio do resultado. A parte do contas a receber da concessão recuperada por meio da RAP é classificada como ativo financeiro pelo custo amortizado.

Empréstimos, financiamentos e debêntures, líquidos dos custos a amortizar, e fornecedores são classificados como outros passivos financeiros e mensurados pelo custo amortizado.

b) Hierarquia do valor justo

A STN utiliza a seguinte hierarquia para determinar e divulgar o valor justo de instrumentos financeiros pela técnica de avaliação:

Nível I - preços cotados nos mercados ativos para ativos e passivos idênticos;

Nível II - outras técnicas para as quais todos os dados que tenham efeito significativo sobre o valor justo registrado sejam observáveis, direta ou indiretamente; e

Nível III - técnicas que usam dados que tenham efeito significativo no valor justo registrado que não sejam baseados em dados observáveis no mercado.

Durante o exercício findo em 31 de dezembro de 2020, não houve transferências decorrentes de avaliações de valor justo entre os níveis I e II, nem para dentro ou fora do nível III. A STN classifica os saldos de caixa e equivalentes de caixa, títulos e valores mobiliários e contas a receber da concessão (parte recuperada pela indenização no final da concessão) como nível I.

STN – Sistema de Transmissão Nordeste S.A.

Notas explicativas às demonstrações contábeis--Continuação
31 de dezembro de 2020
(Valores expressos em milhares de reais)

16. Instrumentos financeiros--Continuação

c) Gerenciamento de riscos

Os principais fatores de risco inerentes às operações da STN podem ser assim identificados:

Risco de crédito

A STN mantém contrato com o Operador Nacional do Sistema Elétrico - ONS, concessionárias e outros agentes, regulando a prestação de seus serviços vinculados à rede básica a aproximadamente 794 usuários, com cláusula de garantia bancária. Igualmente, a STN mantém contratos regulando a prestação de seus serviços nas demais instalações de transmissão - DIT e também com cláusula de garantia bancária.

Risco de preço

As receitas da STN são, nos termos do contrato de concessão, reajustadas anualmente pela ANEEL, pela variação do IGP-M.

Risco de taxas de juros

A atualização do contrato de debênture da STN está vinculada à variação do CDI e o contrato de financiamento é fixado em 10% a.a..

Risco de liquidez

A principal fonte de caixa da STN é proveniente de suas operações, principalmente do uso do seu sistema de transmissão de energia elétrica por outras concessionárias e agentes do setor. Seu montante anual, representado pela RAP vinculada às instalações de rede básica e demais instalações de transmissão - DIT é definida, nos termos da legislação vigente, pela ANEEL.

A Administração da STN não considera relevante sua exposição aos riscos acima e, portanto, não apresenta o quadro demonstrativo da análise de sensibilidade.

STN – Sistema de Transmissão Nordeste S.A.

Notas explicativas às demonstrações contábeis--Continuação
31 de dezembro de 2020
(Valores expressos em milhares de reais)

17. Cobertura de seguros

Os principais ativos da Companhia, representado por 3 (três) subestações, Teresina II, Sobral III e Fortaleza II, foram segurados em 22 de março de 2020, por apólice com vigência até 21 de março de 2021, no montante de R\$ 39.769, com cobertura para incêndios, queda de raio, explosão qualquer natureza, danos elétricos, vendaval até fumaças, tumultos, greves e lock-out, roubo e lucros cessantes. O prêmio anual pago foi no montante de R\$ 57.273. Em 31 de dezembro de 2020, os riscos cobertos podem ser resumidos como segue:

	<u>2020</u>	<u>2019</u>
SE - Teresina II	14.163	14.163
SE - Sobral II	14.163	14.163
SE - Fortaleza II	8.093	8.093
Estoque	3.350	3.350
Total	<u>39.769</u>	<u>39.769</u>

A Companhia adota a política de contratar cobertura de seguros para os bens relevantes das subestações sujeitos aos riscos por montantes considerados suficientes pela Administração para cobrir eventuais sinistros, considerando a natureza de sua atividade.

18. Benefícios a empregados

A Companhia oferece aos seus empregados benefícios que englobam basicamente: seguro de vida, assistência médica, vale transporte, vale refeição e plano de previdência privada de contribuição definida, sem influência significativa no resultado da Companhia.

Eduardo Albuquerque de Figueiredo
Diretor Financeiro

Márcio Augusto B. Fontan
Diretor técnico

Ana Caroline da S. Galvão
Contadora - CRC/PE 019527-O-6